

ILMO. SR. PREGOEIRO DO MINISTERIO DA JUSTIÇA

Referência: **Pregão Eletrônico Nº 19/2022 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

NOVO RIO AMBIENTAL - MKS GESTÃO DE RESÍDUOS, CNPJ Nº 23.062.431/0001-88, situada no SCIA QUADRA 12 CONJUNTO 1 LOTE 18, ZONA INDUSTRIAL (GUARA), CEP: 71.250-410, Brasília/DF, representada por **GABRIEL SEVERO PEREIRA GOMES**, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Brasília-DF, representante Legal, portador do RG nº. 2.185.230 – SSP-DF e do CPF Nº. 004.253.061-00, vem perante Vossa Senhoria **IMPUGNAR o edital do pregão em referência**, pelas razões de fato e de direito abaixo apresentadas.

1. DOS FATOS

A subscrevente tem interesse em participar do Pregão nº 15/2022 cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados para atendimento das demandas deste Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que o edital é omissivo quanto a algumas exigências legais e a inexecutabilidade do preço registrado no Termo de Referência, conforme será demonstrado. As irregularidades do instrumento convocatório não podem prosperar, e por estas razões, apresenta-se a presente impugnação.

2. DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

2.1 Da falta da exigência de Certidão de Acervo Técnico (CAT)

O art. 49 da Resolução nº 1.025 de 2009 do CONFEA, informa que a Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CREA a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional. O art. 48 da mesma Resolução, estabelece que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Quando o objeto licitado envolve a prestação de serviço de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, não basta a apresentação do atestado técnico exigidos no edital, sendo necessário, ainda, a comprovação técnico profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Crea, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico e/ou membros da equipe técnica que participarão do trabalho a ser realizado, que demonstre a Anotação de Responsabilidade técnica – ART, relativa à execução dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

Cumpra ainda destacar que as condições de habilitação técnica expressamente previstas no art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, buscam certificar que a empresa licitante dispõe de aptidão necessária para cumprir com as obrigações oriundas de possível contrato a ser firmado junto à Administração. Como se pode ver, é em face do objeto licitado, das circunstâncias de execução e de sua complexidade que a Administração deverá analisar quais documentos deverão ser exigidos para atestar a capacidade de todos os participantes, incluindo aí, a do futuro contratado.

A exigência da CAT pode ser comprovada no Edital nº 16/2019 da PMDF, em seu subitem 11.1.3 que assim dispôs:

11.1.3. Qualificação Técnica (de acordo com o item 12.1 do Projeto Básico):

a) Atestado de capacidade técnico-profissional devidamente registrado no Conselho de Classe da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por esse Conselho, que comprove ter o profissional executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, serviços de características técnicas compatíveis às do objeto da presente licitação.

De forma correta e diligente no recente edital nº 14/2020 da Base Administrativa do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército, em seu subitem 9.11, também fez tal exigência, conforme trecho abaixo.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1 Atestado de capacidade técnico-profissional devidamente registrado no Conselho de Classe da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva a certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por esse Conselho, que comprove ter o profissional executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, serviços de características técnicas compatíveis às do objeto da presente licitação.

A exigência da CAT pode ser comprovada também no Edital nº 07/2022 da CEASA, em seu subitem 11.5.2 que assim dispôs:

11.5.2. A empresa participante deverá apresentar para fins de habilitação, comprovação de aptidão para atendimento do objeto da licitação, através de atestado(s) de capacidade técnica, com CAT de no mínimo 30% (trinta por cento) do valor estimado e objeto compatível com o TR, averbado(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, compatível(is) com os serviços,

Desse modo, resta claro que a CAT é uma garantia para o profissional justificar que tem experiência comprovada e reconhecida pelo Conselho pelo serviço executado e deve ser exigida no Pregão em apreço.

2.2 Da falta de certificado de regularidade do IBAMA

As empresas que coletam e tratam resíduos sólidos precisam estar atentas aos critérios e licenças obrigatórias exigidos pelos órgãos ambientais.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa jurídica, de observância dos padrões técnicos normativos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelo INMETRO e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Neste sentido, é importante ressaltar que o Cadastro Técnico Federal – CTF é um registro obrigatório para pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades passíveis de controle ambiental e no edital em apreço não há qualquer exigência de tal certificado, contrariando a legislação vigente. Deste modo, há de ser revisto tal falta de exigência.

2.3 Registro no Conselho de Classe e Responsável Técnico

A empresa participante deverá apresentar registro vigente no Conselho de Classe e com Responsável Técnico com especialidade ambiental registrado.

A exigência do registro pode ser comprovada no Edital nº 02/2022 do SLU, em seu subitem 11.5.4 que assim dispôs:

11.5.4. A empresa participante deverá apresentar registro vigente no Conselho de Classe e com Responsável Técnico com especialidade ambiental registrado;

A exigência do registro pode ser comprovada também no Edital nº 03/2022 da Prefeitura de Quirinópolis em seu subitem B.1 que assim dispôs:

B.1. Registro ou Inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) da empresa e Registro ou Inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) do Responsável Técnico (Documentos distintos);

2.4 Dos valores abaixo do preço de mercado e a Nota nº 07/2020 da ADASA

Os preços estimados no edital em referência, conforme imagem abaixo, foram os seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados para atendimento das demandas deste Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
1	Serviços Continuados de Coleta, Transporte, Tratamento e disposição final dos Resíduos Sólidos Orgânicos	1333	Tonelada	200	R\$ 256,32	R\$ 51.263,33

Ocorre que os preços a serem cobrados por empresas privadas podem ser livremente fixados pelas partes envolvidas no negócio, não estando submetido ou limitado aos preços públicos fixados na Resolução nº 14/2016 da ADASA. Tal afirmação é corroborada na Nota Técnica nº 07/2020 da ADASA conforme abaixo.

3.10. Assim, resta claro que os preços a serem cobrados por empresas privadas podem ser livremente fixados pelas partes envolvidas no negócio que se quer firmar, não estando submetidos ou limitados aos preços públicos fixados na Resolução nº 14/2016.

De forma clara, a Nota Técnica nº 07/2020 assim dispõe para não deixar dúvidas:

3.5. Para delimitar claramente o campo de atuação da entidade reguladora e âmbito de aplicação da norma, a **ementa da Resolução nº 14/2016 traz expressamente que esta se aplica tão somente ao prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal**, papel exercido pelo SLU nos termos de delegação legal. Nesse sentido, observa-se o que diz a ementa da referida resolução:

“Estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil e dá outras providências”.

3.6. Contudo, mais tarde, alguns órgãos públicos fizeram contatos com a Adasa para indagar se terceiros cadastrados no SLU seriam obrigados a respeitar os preços estabelecidos pela Agência, quando da apresentação de suas propostas de preços nas licitações públicas para atividades de gerenciamento de resíduos sólidos.

Nota Técnica 7 (44073276)

SEI 00197-00001770/2020-62 / pg. 3

3.7. Por esse motivo, fez-se necessário esclarecer que a Resolução não tem por finalidade regular os serviços prestados pelos terceiros cadastrados no SLU, porque a Lei nº 5.610/2016 **limitou a regulação, pela Adasa, dos serviços prestados pelo SLU**. As atividades realizadas por empresas privadas, como é o caso da Novo Rio Ambiental, são de livre iniciativa e não estão sujeitas à regulação econômica por parte da Agência Reguladora.

Ademais, conforme recente Resolução nº 11 de 26 de novembro de 2021 da ADASA abaixo, os novos valores de referência, a partir de 01 de janeiro de 2021 serão R\$ 122,45 para coleta de resíduos e R\$ 133,87 para disposição final de resíduos e por isso o edital deve ser retificado, devendo o Ministério da Justiça realizar cotação de preços com fornecedores do Distrito Federal ou consultar pregões recentes desconsiderando assim a pesquisa realizada no item 5.1.5 do termo de referência, por não refletir o mercado do Distrito Federal após período pandêmico.

ANEXO

TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS			
	Serviço	Unidade de medida	Preço Unitário (reajustado)
1	Coleta de resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados	Tonelada	R\$ 178,89
2	Disposição final de resíduos sólidos no Aterro de Brasília	Tonelada	R\$ 133,87

Tendo em vista os valores comprovados pela tabela da ADASA, nota-se que ao subtrair-se o valor estipulado no edital, sobra o valor de R\$ 167,42 um valor abaixo do

valor regulamentado pela ADASA da coleta de resíduos **DOMICILIAR**, demonstrando assim que é inexecutável para execução com qualidade desse serviço.

2.5 Exigir Cadastro no SINIR (emissão de MTR)

Não foi identificado no termo de referência e nem na minuta do contrato a informação a respeito de necessidade do cadastro do SINIR, para emissão de MTR online, haja vista que na publicação do dia 30/06/2020 do DOU, a Portaria Nº280/2020 que regulamenta os arts. 56 e 76 do Decreto nº 7.404/2010, e o art. 8º do Decreto nº 10.388/2020, a exigência abaixo:

Art. 19. Fica instituída a data de 1º de janeiro de 2021 para o início da obrigatoriedade da utilização do MTR em todo o território nacional, pelos geradores de resíduos a que se refere o art. 2º, que poderá ser acessado por meio do link <mtr.sinir.gov.br>.

Onde expõe a obrigatoriedade do Contratante a realizar o cadastro no SINIR e demais providências necessárias à execução do serviço.

3. PEDIDOS

Demonstradas as irregularidades do instrumento convocatório, conforme as razões expostas, pugna pelo recebimento, processamento e acolhimento desta impugnação, reconhecendo-se os equívocos do Edital, **de modo a:**

- a) **Exigir CAT;**
- b) **Exigir certificado de regularidade do IBAMA;**
- c) **Registro no Conselho de Classe e Registro de Responsável Técnico;**
- d) **Ter como base o preço do aterro regulamentado pela ADASA e realizar cotação de preço;**
- e) **Exigir Cadastro no SINIR (emissão de MTR)**

Requer ainda seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília, 17 de outubro de 2022



MKS Gestão de Resíduos LTDA - EPP
Gabriel Severo Pereira Gomes
Diretor Executivo